

CINCO ANOS DEPOIS

Ricardo Lacerda¹

Em setembro último completaram-se cinco anos da quebra do banco Lehman Brothers, episódio que marcou o início da crise financeira internacional que se desdobra até os dias de hoje. Ainda que o epicentro da crise tenha sido nos países de economias avançadas, canais de transmissão se encarregaram de contaminar o conjunto da economia mundial.

Em graus diferentes entre si, as economias dos países ditos emergentes ressentem-se atualmente da desaceleração de suas taxas de crescimento e dos desequilíbrios em suas transações externas e/ou em suas contas públicas.

A economia brasileira que experimentara entre 2003 e 2008 taxa anual média de crescimento do PIB de 4,8%, no mais robusto ciclo expansivo desde os anos oitenta, desacelerou o seu ritmo de expansão no quinquênio seguinte para quase a metade, 2,6% ao ano (entre 2009 e 2013), caso se confirme o crescimento de 2,3% em 2013.

Ao final de 2013, não há ainda perspectivas muito claras de retomada de crescimento no conjunto das economias centrais, mesmo considerando a melhoria contínua da situação econômica nos Estados Unidos. É com esse cenário externo que a economia brasileira vai se defrontar em 2014.

Resposta brasileira

O Brasil procurou responder à deterioração das condições externas no pós-2008 por meio da ampliação do mercado doméstico, estimulado pela expansão do emprego e do crédito e pelos incentivos ao consumo, com resultados bastante favoráveis no primeiro momento da crise. Quando o cenário externo voltou a se agravar em meados de 2011, ficou patenteado que a sustentação da retomada do crescimento iria se tornar crescentemente mais difícil. Tratava-se, então, não apenas de assegurar o fluxo de crédito e estimular a demanda interna por consumo, mas de criar as condições para um novo ciclo de investimentos que abrisse nova frente de expansão produtiva.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFS e Assessor Econômico do Governo de Sergipe. Publicado no Jornal da Cidade, em 29/12/2013. Artigos anteriores estão postados em <http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/>

Em resposta ao acelerado agravamento do cenário externo, o governo brasileiro promoveu uma política monetária fortemente expansiva, enquanto adotava medidas visando estimular a expansão da oferta: buscou estimular o investimento por meio de medidas como a desoneração da folha de pagamento, redução da tarifa da energia elétrica, elevação do grau de proteção no mercado interno, expansão do crédito subsidiado, enquanto promovia uma desvalorização cambial expressiva, de cerca de 30% na paridade em relação ao dólar, entre julho de 2011 e julho de 2012.

As medidas adotadas serviram para evitar que a economia brasileira mergulhasse em recessão aberta, mas não tiveram forças para restabelecer condições mais sustentáveis de retomada do investimento e produziram alguns efeitos colaterais importantes, diante da reação do empresariado ao aprofundamento da intervenção do governo no domínio econômico. A frustração da retomada da atividade econômica em níveis mais acentuados, por sua vez, aliada aos incentivos fiscais e creditícios, resultava em piora na situação das finanças públicas, gerando desconfiâncias adicionais.

Frente à debilidade da resposta do lado da oferta, o crescimento modesto alcançado depois que a situação externa se tornou adversa em 2008 foi financiado, em grande parte, pelos crescentes déficits no saldo de transações correntes.

Já em meados de 2013, frente à pressão do mercado, o governo recua na política de juros baixos, em algumas das medidas de estímulos discricionárias e nas regras de concessões, como prêmio a ser pago em busca da retomada da confiança.

A indústria

Um ponto crucial nas dificuldades em retomar o crescimento em base sustentável se situa na rápida perda de competitividade da atividade industrial no pós-2008.

No período inicial do ciclo expansivo, entre 2004 e 2006, o PIB da indústria de transformação cresceu, na média, ligeiramente acima do PIB total da economia brasileira (ver linha contínua simples no gráfico). A partir de 2007, diante da acentuada valorização do câmbio, combinada com o forte incremento do poder de compra interno, a atividade industrial passa a crescer a taxas menores do que as do PIB, mas ainda mantém taxas de incremento não muito distantes da média da economia.

Depois do espocar da crise financeira internacional ao final de 2008, a atividade da indústria de transformação brasileira andou literalmente de lado, descontando o vale

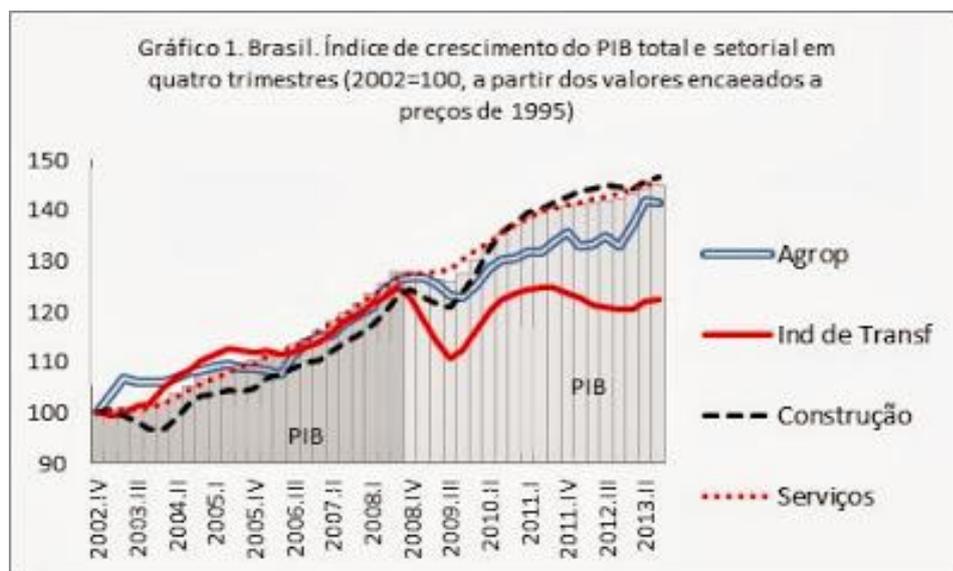
de 2009 e a recuperação em 2010, que se anulam (ver Gráfico). É, assim, fato que os problemas de competitividade da indústria de transformação assumem nova dimensão a partir do final de 2008.

Nova dinâmica

No pós-2008, estabelece-se uma nova dinâmica setorial. As atividades voltadas para o mercado interno, como o setor de serviços e a construção civil, puxaram para cima o ritmo de crescimento do PIB enquanto aquelas que produzem bens comercializáveis, sujeitos à concorrência nos mercados interno e externo, como a atividade industrial e o setor agropecuário, puxam a expansão do PIB para baixo.

É difícil atribuir quanto da perda de competitividade da atividade industrial brasileira no pós-2008 decorre da piora de alguns dos seus principais mercados externos, como a Argentina e a Europa, e quanto pode ser de responsabilidade de fatores internos, como o aumento do custo do trabalho medido em uma cesta de moeda e estrangulamentos na infraestrutura.

É razoável, todavia, concluir que sem um esforço direcionado para aumentar a competitividade do setor, em que a taxa de câmbio é um fator decisivo, não há como pensar em retomada sustentável do crescimento econômico.



Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Série encaçada a preços de 1995.